

"Nosso compromisso com todas as mulheres brasileiras, em sua diversidade, é afirmado no aprofundamento da democracia, no combate aos preconceitos e ao racismo, na ação firme para enfrentar a discriminação e a exclusão. Se a pobreza tem cara feminina, a luta contra a pobreza também assim será".

"Nuestro compromiso con todas las mujeres brasileñas, en su diversidad, es afirmado en el profundamente de la democracia, en el combate a los prejuicios y al racismo, en la acción firme para enfrentar a la discriminación y la exclusión. Se la pobreza tiene cara femenina, la lucha contra la pobreza también así será".

"Our commitment with all the Brazilian women, in their diversity, is asserted in making the deeper of democracy, in the combat against the prejudice and racism, in a firm action to face the discrimination and exclusion. If poverty has a female face, the fight against the poverty will also be".

Luiz Inácio Lula da Silva

Mensagem ao Congresso Nacional
Mensaje al Congreso Nacional
Message to the National Congress
2003

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

www.presidencia.gov.br/spmulheres
e-mail: spmulheres@spmulheres.gov.br

Esplanada dos Ministérios
Bloco L, Ed. Sede, 2º andar, sala 200
Brasília-DF - Brasil - CEP: 70047-900
Telefones: (61) 410-9377/410-9381
Fax: (61) 410-9355/410-9362

DISQUE GRATUITO SAÚDE MULHER
FREE CALL TO WOMEN'S HEALTH
LLAMADA LIBRE PARA LA SALUD DE LA MUJER
Ligue: 0800-644 0803

OUVIDORIA DA SPM
AUDITORSHIP TO THE SPM
RECLAMACIÓN DE LA SPM
Ligue: (61) 410-9391

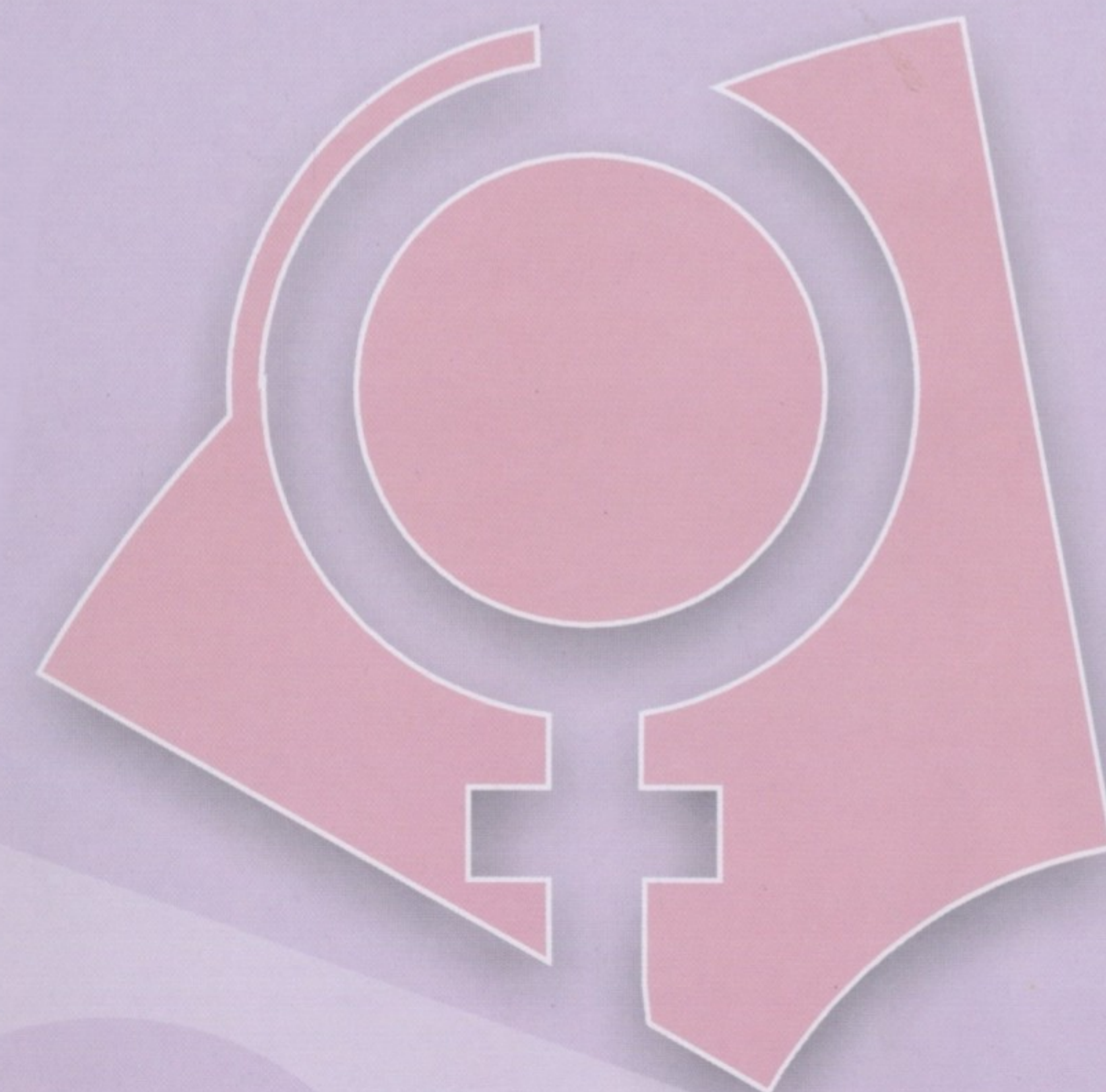
CNDM
Ligue: (61) 410-9396



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Secretaria Especial de Políticas para las Mujeres

Special Secretary of Policies for Women



Brasil - Brazil

Atendendo a uma reivindicação histórica dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras, demonstrando seu nível de compromisso e sensibilidade para com o enfrentamento das desigualdades e os efeitos perversos da exclusão e da violência de gênero, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio **Lula** da Silva, criou no primeiro dia de seu governo, 1º de janeiro de 2003, a **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM)**, órgão do primeiro escalão do Governo Federal.

A finalidade da **SPM** é:

- assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- elaborar e implementar campanhas educativas de combate à discriminação de caráter nacional;
- elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do Governo Federal e demais esferas de governo, com vistas à promoção de igualdade;
- articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para à implementação de políticas para as mulheres; e
- promover o acompanhamento da implementação da legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação.

A estrutura da **SPM** é composta por:

- Gabinete,**
- Subsecretarias:**
 - de Planejamento de Políticas para as Mulheres,
 - de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas,
 - de Articulação Institucional, e pelo
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**, órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da **SPM**, criado em 29 de agosto 1985, cuja posse dos atuais conselheiros deu-se em 27 de agosto de 2003, e que tem a seguinte composição:
 - Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, que o preside;
 - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
 - Ministro de Estado da Saúde;
 - Ministro de Estado da Educação;
 - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
 - Ministro de Estado da Justiça;
 - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;
 - Ministro de Estado da Cultura;
 - Ministro de Estado da Assistência Social;
 - Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;
 - Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
 - Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
 - dezoito representantes de entidades da sociedade civil; e
 - três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero.

As metas apontadas pelo Governo, a serem executadas pela **SPM**, visam a construir relações igualitárias entre homens e mulheres em nosso País e estão alicerçadas em dados expressivos dessas desigualdades. Garantir direitos que sejam respeitados e que os programas governamentais cheguem às mulheres, particularmente àquelas em situação de pobreza, às indígenas, às negras, às idosas e às jovens, contemplando sua diversidade. A conjugação de esforços no campo dos direitos individuais e coletivos, promovendo políticas públicas universais e singulares e articulações institucionais, lideradas pela representação das mulheres no Estado por intermédio da **SPM**.

Coerente com a preocupação de ir além dos compromissos no papel e do discurso, o Governo está engajado na busca da cidadania plena, tendo as mulheres como protagonistas deste novo momento político do nosso país, o que exige metas de curto, médio e longo prazos em diversos campos.

Veja abaixo as metas de 2003.

- Institucionalizar a SPM, reformular o CNDM e ampliar o diálogo com movimento de mulheres.
- Promover a revisão do Plano Plurianual - PPA e atuar no planejamento de gênero do Governo Federal.
- Promover o recorte de gênero nos programas sociais prioritários do Governo Federal.
- Promover o aprofundamento das análises e ampliar os instrumentos de monitoramento e transparência nos programas dirigidos às mulheres em âmbitos do Governo Federal.
- Enfrentamento às violências de gênero.

Estas metas, em parte, já foram alcançadas e temos pela frente a proposta de promover um processo participativo de construção e monitoramento do PPA 2004-2007, considerando a perspectiva de promover a igualdade de gênero. A Rede de Cidadania é um exemplo de resultado já alcançado e reúne recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência contra a mulher. Suas principais portas de entrada são os centros de referências; serviços de apoio jurídico; serviços policiais; Postos de Saúde de Emergência; escolas e órgãos comunitários; ouvidorias; organizações não governamentais; e conselhos.

Atendiendo a una reivindicación histórica de los movimientos femenistas y de las mujeres brasileñas, demostrando su nivel de compromiso y sensibilidad para con el enfrentamiento de las desigualdades y los efectos perversos de la exclusión y de la violencia de género, el presidente de Brasil, Luiz Inácio **Lula** da Silva, crió en el primer día de su gobierno, el primero de enero de 2003, la **Secretaria Especial de Políticas para las mujeres de la Presidencia de la República (SPM)**, órgano del primer escalón del Gobierno Federal.

La finalidad de la **SPM** es:

- asesorar directa e inmediatamente al Presidente de la República en la formación, coordinación, y articulación de políticas para las mujeres;
- elaborar e implementar campañas educativas de combate a la discriminaciónde carácter nacional;
- elaborar el planeamiento de género que contribuya en la acción del Gobierno Federal y las demás esferas de gobierno.
- articular, promover y ejecutar programas de cooperación con entes nacionales e internacionales, públiocs y privados, para la implementación de la legislación de acción afirmativa y definición de acciones públicas que objectivan al cumplimiento de acuerdos, convenciones y planes de acción firmados por Brasil, en los aspectos relativos a la igualdad entre mujeres y hombres y de combate a la discriminación.

La estructura de la **SPM** es compuesta por:

- Gabinete,**
- Subsecretarias:**
 - de Planeamiento de Políticas para las Mujeres,
 - de Monitorar Programas y Acciones Temáticas,
 - de Articulación Institucional, y por el
- Consejo Nacional de los Derechos de la Mujer (CNDM)**, ente colegiado de carácter consultivo e integrante de la estructura básica de la **SPM**, criado en 29 de agosto de 1985, cuya posesión de los actuales consejeros se dio en 27 de agosto de 2003, y que tiene la siguiente composición:
 - Secretaria Especial de Políticas para las Mujeres, que él preside;
 - Ministro de Estado del Planeamiento, Presupuesto y Gestión;
 - Ministro de Estado de la Salud;
 - Ministro de Estado de la Educación;
 - Ministro de Estado del Trabajo y Empleo;
 - Ministro de Estado de la Justicia;
 - Ministro de Estado del Desarrollo Agrario;
 - Ministro de Estado de la Cultura;
 - Ministro de Estado de la Asistencia Social;
 - Ministro de Estado Extraordinario de Seguridad Alimentar y Combate a la Hambre;
 - Secretario Especial de Políticas de Promoción de la Igualdad Racial de la Presidencia de la República;
 - Secretaria Especial de los Derechos Humanos de la Presidencia de la República;
 - dieciocho representantes de entidades de la sociedad civil; y
 - tres mujeres con notorio conocimiento sobre las cuestiones de género.

Las metas apuntadas por el Gobierno, para que sean ejecutadas por la **SPM**, objetivan a construir relaciones igualitarias entre hombres y mujeres en nuestro País y están cimentadas en dados expresivos de esas desigualdades. Garantizar derechos que sean respetados y que los programas gubernamentales lleguen a las mujeres, particularmente aquellas en situación de pobreza, a las indígenas, a las negras, a las seniles y a las jóvenes, contemplando su diversidad. La conjugación de esfuerzos en el campo de los derechos individuales y colectivos, promoviendo políticas públicas universales y singulares y articulaciones institucionales, liderada por la representación de las mujeres en el Estado por intermedio de la **SPM**.

Coherente con la preocupación de ir adelante de los compromisos en el papel y del discurso, el Gobierno está envovido en la búsqueda de la ciudadanía plena, teniendo las mujeres como protagonistas de este nuevo momento político de nuestro país, el que exige metas de corto, medio y largo plazos de diversos campos.

Mire abajo las metas de 2003.

- Institucionalizar la SPM, reformular el CNDM y ampliar el diálogo con los movimientos de mujeres.
- Promover la revisión del Plan Plurianual - PPA y actuar en el planeamiento de género del Gobierno Federal.
- Promover el recorte de género en los programas prioritarios del Gobierno Federal.
- Promover la profundidad de los análisis y ampliar los instrumentos de monitoración y transparencias en los programas de direccionados a las mujeres en ámbitos del Gobierno Federal.
- Enfrentamiento a las violencias de género.

Estas metas, en parte, ya fueran alcanzadas y tenemos adelante la propuesta de promover un proceso participativo de construcción y monitoración del PPA 2004-2007, considerando la perspectiva de promover la igualdad de género. La Red de Ciudadanía es un ejemplo del resultado ya alcanzado y reúne recursos públicos y comunitarios en un esfuerzo común para prevenir, atender y erradicar la violencia contra la mujer. Sus principales puertas de entrada son los centros de referencias; servicios de apoyo jurídico; servicios policiales; Centros de Salud de Emergencia; escuelas y entes comunitarios; Reclamaciones; organizaciones no gubernamentales ; y consejos.

Complying a historical claim of the feminist movements and Brazilian women, demonstrating its level of commitment and sensibility for the confronting of the inequalities and perverse effects of the exclusion and violence of gender, the President of Brazil, Luiz Inácio **Lula** da Silva, created in his first day in the office, on January 1st 2003, the **Special Secretary of Policies for Women of the Presidency of the Republic (SPM)**, agency of the first step of the Federal Government.

The purpose of the **SPM** is:

- advise directly and immediately the President of the Republic in the formulation, coordination and articulation of the policies for the women;
- elaborate and implement educational campaigns to combat the discrimination of national character;
- elaborate the planning of the gender that contributes to the action of the federal government and the other spheres of the government, with the view to the promotion of the equality;
- articulate, promote and execute programs of cooperation with national and international, public and private agencies with the aim to implement policies for the women; and
- promote the attendance to the implementation of the legislation of the affirmative action and definition of public actions that aims the accomplishment of agreements, conventions and plans of action signed by Brazil, in the aspects relating to the equality between women and men and the combat to the discrimination.

The structure of the **SPM** is composed by:

- Cabinet,**
- Subsecretaries:**
 - of Planning of Policies for the Women,
 - of Monitoring of Programs and Thematic Actions,
 - of Institutional Articulation, and by
- National Council of Women's Rights (CNDM)**, collegiate agency of consultive character and integrant of the basic structure of the **SPM**, created on August 29th 1985, whose possession was held on August 27th 2003, and has the following compostition:
 - Special Secretary of Policies for Women, that it presides;
 - Minister of State of Planning, Budget and Management;
 - Minister of State of Health;
 - Minister of State of Education;
 - Minister of State of Work and Employment;
 - Minister of State of Justice;
 - Minister of State of Agrarian Development;
 - Minister of State of Culture;
 - Minister of State Social Welfare;
 - Minister of State Extraordinary of Food Security and Combat the Hunger;
 - Special Secretary of Policies and Promotion the Racial Equality o the Presidency of the Republic;
 - Special Secretary of the Human Rights of the Presidency of the Republic;
 - eighteen representants of entities of the civil society; and
 - three women with notorious knowledge about the issues of gender.

The targets aimed by the Government, to be executed by the **SPM**, point out to build equalitarian relations between men and women in our country and are cemented in expressive data of those inequalities. To guarantee rights that are respected and that the governmental programs reach the women, particularly those in situation of poverty, the indigenous, the black, the ancient and the young, contemplating their diversity. The conjugation of efforts in the field of the individual and collective rights, promoting universal public and singular policies and institutional articulations led by the representation of the women in the State through the **SPM**.

Coherent with the preoccupation of going beyond of the commitments in the role and speech, the Govenment is engaged in the search for the full citizenship, having the women as protagonists of this new political moment in our country which demands aims of short, medium and long runs in several fields.

Take a look at the aims of 2003 below.

- Institutionalize the SPM, reformulate the CNDM and enlarge the dialogue with the women's movements;
- Promote the revision of the Plurianual Plan - PPA and act in the planning of the gender of the Federal Government.
- Promote the outline of gender in the priority social programs to the Federal Government.
- Promote making the deeper of the analysis and enlarge the instruments of monitory and transparence in the programs driven to the women in the Federal Government ambit.
- Facing the violences of the gender.

These aims, in part, have already been reached and there has been a propose of promoting a participative process of construction and monitory of the PPA 2004-2007, considering the perspective to promote the equality of the gender. The Net of Citizenship is an example of the outcome already reached and has public and communitary resources in a common effort to prevent, assist and eradicate the violence against women, its main entrance doors of references are the communitary centers; auditorships; non governmental organizations; and counselors.